



O que está por trás do Plano de Carreira

**Palestra de Antonio Carlos Victorio,
Pág. 2**



**Entrevista com a professora Maria Izabel Noronha,
Presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo
Pág. 6**

Os sindicatos dos Professores de Novo Hamburgo, Plásticos de Novo Hamburgo, Bancários de Montenegro, funcionalismo de Cachoeirinha, Professores de Sapucaia do Sul e Professores de Canoas, realizaram dois debates para discutir as políticas que estão sendo implantadas pelos governos no poder em relação as reformas no Estado, em particular na educação: a questão da meritocracia, das avaliações, da qualidade.

A primeira conversa aconteceu na quinta-feira, 14 de outubro, na sede do Sindicato dos Professores de Novo Hamburgo. A segunda conversa aconteceu no sábado, 20 de novembro, no Sindicato dos Funcionários de Canoas. Foi convidado o bancário Antonio Carlos Victorio, do Núcleo de Formação

Popular 13 de Maio.

Ele apontou como uma necessidade imperiosa compreender a totalidade do movimento do capital para que os trabalhadores possam dar uma resposta adequada e unificada aos ataques promovidos por esta política aos direitos dos trabalhadores. É importante esta visão global porque os projetos de reestruturação da educação, de Nova Iorque a Novo Hamburgo, literalmente, estão dentro da lógica contemporânea do capital, também chamada de neoliberalismo. O texto a seguir é uma compilação e organização das duas palestras feito pelo jornalista Agnaldo Charoy. Toda a responsabilidade de conteúdo e compreensão é do autor.

Os novos paradigmas



O paradigma (referência política, ideológica, econômica) da atualidade é o neoliberalismo. Ele surge, ou melhor, ressurgue, a partir da falência do Estado de Bem-Estar Social diante da crise de superprodução e superacumulação do capitalismo ocorrida durante o pós-guerra até a década de 70. O liberalismo ressurgue como resposta a redução das taxas de lucro e aponta o déficit público gerado pelas políticas de assistência social e de direitos dos trabalhadores e a alta inflação como os vilões da economia.

O liberalismo se baseia na ideia de que a sociedade se auto-regula, a sociedade capitalista, entenda-se. O mercado, a lei da oferta e da procura, estabilizaria as relações sociais, não havendo a necessidade de intervenção do Estado.

O pioneiro na aplicação destas políticas é o governo Pinochet, no Chile, a partir de

1973, mas é com Margareth Thatcher (1979), na Inglaterra, e Ronald Reagan (1980), nos Estados Unidos, que estas políticas ganham impulso planetário. O fim do “socialismo real” (1989), com a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, irá marcar a escalada definitiva das políticas neoliberais pelo mundo. Agora, o inimigo real do capitalismo, o comunismo, está aparentemente morto. Não é mais necessário contrapor políticas sociais à luta dos trabalhadores nos países dominados pelo capital internacional.

No Brasil, as políticas neoliberais vão desembarcar definitivamente a partir da década de 90, com a eleição de Fernando Collor e, mais tarde, com Fernando Henrique Cardoso, este sim, responsável pela aplicação rigorosa da cartilha política/econômica do capital internacional no Brasil. O governo Lula dá seqüência lógica a esse processo.

Resgate Histórico



O desenvolvimento econômico no mundo sob o capitalismo obedece uma lógica desigual e combinada, ou seja, o padrão de desenvolvimento tecnológico das forças produtivas varia de país para país, de região para região.

O Brasil tem como marco de sua inserção no modelo industrial a década de 30. Até então o Estado era “pequeno”, voltado apenas a atender os interesses das oligarquias agrário-exportadoras. A educação era voltada para os filhos destas oligarquias. A classe operária era pequena, concentrada nas grandes cidades e formada por imigrantes, em geral bem instruídos.

Ao longo dos 50 anos seguintes o Brasil sofre mudanças profundas. A população vai transferindo-se para as cidades com a industrialização crescente: em 1955 se instala no Brasil a indústria automobilística, carro chefe do modelo industrial. Neste processo, também a educação se transforma. Agora, é necessário formar trabalhadores com um mínimo de qualificação para operarem as novas tecnologias. A primeira reforma na educação a partir deste novo paradigma é em 1968, com a Ditadura Militar. Começa a entrar em vigor o ensino profissionalizante.

Enquanto isso, os Estados Unidos sofre os primeiros sintomas da crise de superprodução do pós-guerra e irá recorrer a uma prática que se institucionalizaria a seguir, ou seja, elevação das taxas de juros para conter a inflação e farta distribuição de recursos aos bancos. A crise de 1973 nos Estados Unidos é

muito semelhante a crise de 2008, isto é, os bancos abarrotados de dinheiro distribuem créditos duvidosos, obrigando o governo a socorrê-los e a promover uma reforma no sistema, especialmente com incentivo às fusões.

O Brasil, por sua vez, naquele período, ainda era um país “em desenvolvimento”, havendo muito espaço para investimento dos excedentes do capital internacional. A ditadura militar cumpre o papel de criar infra-estrutura no país para absorver esse capital (Transamazônica, Itaipu etc). É por conta dos volumosos empréstimos tomados pelos militares e o impacto da elevação das taxas de juros nos Estados Unidos que esse período culmina (1982) com a chamada “Crise da Dívida”.

Mas se a década de 80 é marcada pelo surgimento das novas relações no chão de fábrica, pela reestruturação produtiva, pelo toyotismo, também é marcada no Brasil como um período de ascensão das lutas dos trabalhadores. O Brasil está na contramão: surgem o PT e a CUT, como instrumentos da luta da classe trabalhadora.

Com a derrota dos movimentos dos trabalhadores e a irradiação planetária do projeto neoliberal, a década de 90 desponta como uma nova “Era de Ouro” do capitalismo. As privatizações dão conta de absorver os excedentes de capital e a redução dos direitos dos trabalhadores e recolocam as taxas de lucro em patamares mais aceitáveis para os capitalistas.

A Reforma do Estado

Crise americana



nadaver.com



A reestruturação produtiva se estende também para o Estado, não só com as privatizações e terceirizações, mas também com mudanças profundas na lógica dos serviços prestados. O Sistema Bancário, por exemplo, aprofunda seu poder sobre a economia, além de sugar somas consideráveis dos cofres do Estado. O Banco do Brasil, instituído para “fomentar o desenvolvimento”, transforma-se num banco comercial tradicional.

O Estado passa a ser um gerenciador de recursos, terceirizando e compartilhando funções (Fundações). Já as funções típicas do Estado são requalificadas, passando a serem organizadas a partir da produtividade e rentabilidade. A proposta de reforma da educação que ganha corpo neste início de século faz isso e ainda mais do que aprofundar a lógica tecnicista/profissionalizante aberta pela reforma da educação da Ditadura Militar: ela faz a desconstituição da educação como instrumento singular de transmissão do conhecimento; desconsidera a importância da educação na organização da sociedade. A

educação é cada vez mais uma mercadoria que agrega valor à mercadoria trabalho.

O exemplo mais dramático da aplicação das políticas de reestruturação da educação é o estado de São Paulo. Regras esdrúxulas de avaliação impedem a progressão profissional e os avanços de carreira. Prêmios concedidos pelo alcance de metas pressionam os trabalhadores, pois até um terço do salário pode ser composto por estes prêmios.

Exemplo desta visão neoliberal da educação está também nos programas de requalificação profissional, desenvolvidos à partir do início da década de 90. Sob o argumento de que o desemprego era uma consequência da falta de qualificação profissional - e não um atributo inerente ao sistema capitalista - o Estado passa a distribuir grandes valores para a aplicação de cursos profissionalizantes. Foram mais de R\$300 milhões de 1994 a 2002, atendendo mais de 15 milhões de trabalhadores. Dinheiro que as centrais sindicais todas elas - não negaram, legitimando o discurso neoliberal.

Ciclos



Mas a crise cíclica de superprodução do capital está sempre à espreita e em 2008 explode com todo o vigor. Os países centrais (Europa e EUA), sentem o impacto muito mais duramente do que os países periféricos - reafirmando que a crise de superprodução desponta onde estão mais desenvolvidas as forças produtivas - e porque os países periféricos possuem espaço para absorção dos excedentes e de remuneração do capital com taxas de lucro mais elevadas, como é o caso do Brasil, da China.

A solução do capital para esta última crise foi, novamente, distribuir dinheiro para o setor privado, para o sistema financeiro e

industrial. Mas os cofres dos governos têm limites e a lógica da redução dos compromissos sociais do Estado bate de frente com os interesses da classe trabalhadora. O futuro, portanto, permanece em aberto, pois depende da resposta que os trabalhadores darão a mais esta ofensiva do capital contra seus interesses históricos.

E a classe já se coloca em movimento, em especial na Europa e Ásia. No Brasil, mesmo com a dura derrota da classe a partir das ilusões plantadas pelo PT e CUT, a classe trabalhadora já começa a se reorganizar. A classe operária, mais uma vez, retoma as lutas, reabrindo um novo ciclo e um período de novas esperanças para a humanidade.

Entrevista

O Sindicato entrevistou a professora Maria Izabel Noronha, presidente do Sindicato dos professores do Estado de São Paulo sobre os projetos de reforma da educação que estão sendo desenvolvidos pelos governos. Confira:



O que é meritocracia?

Meritocracia é qualquer sistema ou organização nos quais as pessoas se destacam ou ascendem de acordo com seu mérito, ou seja, de acordo com seu “valor”, suas aptidões e qualidades dignas de reconhecimento ou recompensa.

No caso da educação, a meritocracia estaria baseada na premiação dos “melhores” profissionais, ou seja, aqueles que atinjam ou superem as metas quantitativas previamente estabelecidas pelos gestores do sistema educacional.

O que é avaliação externa?

Avaliações externas são sistemas de aferição do rendimento escolar e outros resultados alcançados pelas escolas e pelas redes e sistemas de ensino, operados por

instituições municipais, estaduais, federais e até mesmo internacionais que se localizam fora desses sistemas e redes de ensino.

Geralmente as avaliações externas são baseadas em provas e testes objetivos aplicados aos alunos das escolas cujo rendimento se quer aferir. Nem sempre, porém, seus resultados levam em conta fatores que interferem no rendimento escolar, como as condições sócio-econômicas dos alunos, as políticas educacionais, as condições estruturais e outras.

Não há uma contradição entre punir com corte de verbas as escolas que vão mal e beneficiar com mais verbas aquelas que vão bem nas avaliações, ou seja, as que estão mal tendem a piorar e as que estão boas tendem a melhorar?



Esta é uma crítica que temos feito às políticas educacionais aplicadas no Estado de São Paulo e que são baseadas na chamada meritocracia. Ao utilizar os resultados do Saesp (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), do qual deriva o Idesp (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) para premiar as equipes das escolas que atingem as metas, através do chamado Bônus Resultado, relegando as escolas com pior desempenho à própria sorte, o governo estadual está aprofundando o fosso que separa umas das outras. Isto não contribui para a melhoria da qualidade do ensino.

É outro o sentido da utilização do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira), utilizado também para identificar escolas com maiores dificuldades e que passam a receber maior atenção do Ministério da Educação, recebendo insumos para que possa superar sua situação de defasagem em relação às demais escolas.

A dinâmica mérito-reconhecimento - recompensa é válida para o processo educacional?

O reconhecimento do mérito, individual ou coletivo, é válido, desde que sua utilização não signifique punição ou exclusão daqueles que não sejam considerados merecedores, num determinado momento, deste reconhecimento

ou “premiação”.

O mérito individual ou de um grupo é sem dúvida muito importante em educação, como em outras áreas. Ele é um diferencial que agrega valor ao processo ensino-aprendizagem e pode trazer inovação para a educação. Entretanto, no processo educacional de larga escala, as políticas educacionais, as condições estruturais, a valorização profissional, a formação continuada dos professores, os materiais didático-pedagógicos, jornadas de trabalho, carreira e salários são fatores que interferem e condicionam os resultados alcançados.

Basear a remuneração dos professores e outras medidas apenas nos resultados das avaliações (utilizadas para medir o “mérito” dos professores), me parece um caminho que, além de não contribuir para melhorar a educação, pode resultar no seu oposto, ou seja, pode gerar desânimo e desinteresse em grande parcela dos professores e seus alunos, que necessitam de atenção e aporte de novos recursos, materiais e pedagógicos, para melhorar os resultados de seu trabalho.

O reconhecimento do mérito deve se dar através de mecanismos do plano de carreira. O plano de carreira deve ser justo para todos os profissionais da educação, assegurando-lhes condições dignas de trabalho e salário. Para além disso, aqueles que se destaquem deve merecer remunerações adicionais que

reconheçam seu esforço, sua iniciativa e seus resultados.

Promoções por antiguidade não levam o trabalhador a acomodação ou, por outro lado, a falta de promoções ou critérios discutíveis de promoção não podem levar ao desânimo?

Acredito que deve haver a combinação de três fatores distintos: o tempo de serviço e dedicação à educação, a formação e aperfeiçoamento, a avaliação do desempenho com vistas à melhoria do processo educativo. Desta forma, o tempo de serviço, que agrega experiência ao desempenho profissional, poderá significar para o professor condições para buscar também melhores resultados também em relação ao seu aperfeiçoamento profissional e nas avaliações de seu trabalho.

O que não é aceitável é o que ocorre no Estado de São Paulo, onde, atualmente, apenas um número máximo de 20% dos professores têm direito a reajuste salarial, com base em um prova, enquanto os demais 80% não têm qualquer reajuste.

Na sua opinião, quais os métodos ideais para motivar o trabalhador sem mergulhá-lo no mundo da competição individualista?

Em primeiro lugar, o professor precisa sentir-se parte do processo. Se, como ocorre na rede estadual de ensino de São Paulo, ele é alijado de toda a discussão sobre as políticas educacionais e recebe apenas a incumbência de aplicar essas políticas, ele não se sentirá plenamente estimulado. Junte-se a isso uma péssima remuneração agravada pela “promoção por mérito” atualmente em vigor e teremos milhares de professores para os quais ministrar aulas na rede estadual de ensino vem se tornando um verdadeiro sacrifício.

Uma palavra-chave é respeito; outra é valorização. É preciso que as escolas possam definir e gerir coletivamente seus projetos político-pedagógicos, através dos conselhos

de escola. É preciso que os professores recebam um incentivo salarial para permanecer vinculado a uma única unidade escolar. É preciso reduzir a no máximo 10% o número de professores temporários. É preciso uma carreira adequada e salários justos. A partir daí podem se criar mecanismos que suscitem no professor o crescimento individual, sempre vinculado ao projeto coletivo.



A ideia de gestão visando a produtividade estaria ligada ao modelo econômico capitalista. Um visão diferenciada não exigiria um outro modo de produção econômica, ou seja, uma revolução político-econômica não estaria na antecâmara da educação democrática?

Minha convicção pessoal é que a nossa sociedade precisa se transformar profundamente

para que possamos alcançar plenamente nossos ideais de justiça, fraternidade, solidariedade. Entretanto, considero que as transformações sociais ocorrem em um processo permanente de avanços e conquistas, não necessariamente de uma única vez. Aliás, a história demonstra que mudanças bruscas, impostas por grupos que se colocam acima da sociedade, tendem ao fracasso.

Estou de acordo com Gramsci e Paulo Freire quando consideram a educação como possibilidade de transformação social, pois a educação, a ciência e a extensão do conhecimento podem levar os seres humanos à emancipação e à libertação das forças opressoras.

A partir das escolas poderá ser construída uma nova consciência que leve à superação do estado de dominação e desemboque na construção de uma nova ordem social. Isto não significa, claro, que a escola seja a única responsável pela transformação da sociedade, mas como diz Moacir Gadotti, “a escola não é a alavanca da transformação social, mas essa transformação não se fará sem ela”.